

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SAÚDE PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SAÚDE PÚBLICA

DISCIPLINA: GESTÃO DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES
RESUMO
O desafio da gestão da cadeia de suprimentos hospitalar é a diminuição de custos visando um equilíbrio financeiro para a instituição. Aproximadamente 46% dos custos dos hospitais estão relacionados a recursos humanos, 40% se referem à aquisição de materiais, medicamentos e serviços e o restante é voltado para as demais despesas (Pereira, 2018). O mapeamento da cadeia de suprimentos hospitalar permite analisar sua arquitetura, verificar sua ligação com a estratégia da empresa, avaliar a coordenação com os demais setores hospitalares e identificar as possíveis formas de gerar valor e ser um diferencial na entrega do serviço ao paciente (Pereira, 2018). Em uma organização de saúde, o setor de abastecimento é responsável por receber as necessidades dos profissionais de saúde, referente aos insumos (materiais de consumo) e aos equipamentos (materiais permanentes), para que estes possam atender devidamente aos seus pacientes (Santos; Infante, 2007).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 LOGÍSTICA GESTÃO DE MATERIAIS GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS FILOSOFIA LEAN THINKING AULA 2 PROBLEMAS ENFRENTADOS NO SETOR DE COMPRA PAPEL DO COMPRADOR FORNECEDORES TECNOLOGIA APLICADA EM COMPRAS AULA 3 PADRONIZAÇÃO PREVISÃO DE ESTOQUE PERDAS ARMAZENAGEM AULA 4 CURVAS PARA ANÁLISE DE ESTOQUE INVENTÁRIOS RASTREABILIDADE ENDEREÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE AULA 5 INDICADORES DEFINIÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES MAPEAMENTO DE PROCESSOS SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS AULA 6 TIPOS DE LICITAÇÃO HABILITAÇÃO PARA OS PROPONENTES EDITAL DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DA LICITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BUZZI, D.; PLYTIUK, C. F. Pensamento enxuto e sistema de saúde: um estudo de aplicabilidade de conceitos e ferramentas lean em contexto hospitalar. *Qualidade Emergente*, [S. l.], ano 2, v. 2, p. 18-38, 2011. DOI 10.5380/rqe.v2i2.25187. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/qualidade/article/view/25187>.
- INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 945-954, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2007.v12n4/945-954/pt/>.
- LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C. Issues in Supply Chain Management. *Industrial Marketing Management*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 65-83, 2000. DOI 10.1016/S0019-8501(99)00113-3. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0019850199001133>.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DA SAÚDE NO BRASIL

RESUMO

Nesta disciplina, procuraremos abordar algumas questões introdutórias acerca da vigilância em saúde. O conceito aqui abordado será a base para o desenvolvimento do curso e das aulas posteriores, o que torna a sua importância ímpar. Esta aula foi dividida em cinco temas principais; começaremos com uma definição básica de vigilância em saúde, e em seguida uma discussão em torno desse conceito. No tema seguinte, faremos um breve retorno histórico para compreender as origens do conceito e os passos de seu desenvolvimento. Na sequência nosso enfoque será sobre esse conceito no âmbito brasileiro. Passaremos então para uma observação prática do conceito, de modo a fixarmos de fato o que ele objetiva e aproximá-lo de nossa realidade. Finalizamos apresentando alguns princípios legais da vigilância em saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO À VIGILÂNCIA EM SAÚDE
HISTÓRIA DO CONCEITO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
A VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO BRASIL
DIFERENCIANDO AS VIGILÂNCIAS
PRINCÍPIOS E AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 2

O QUE ESTUDA A GEOGRAFIA?
CONCEITOS DE ESPAÇO E LUGAR
ENTENDENDO A IDEIA DE TERRITÓRIO
ENTENDENDO A TERRITORIALIZAÇÃO
REPRESENTANDO O ESPAÇO

AULA 3

NOÇÕES BÁSICAS DE CARTOGRAFIA
REPRESENTANDO O PLANETA TERRA
O QUE É CARTOGRAFIA TEMÁTICA?
O QUE É GEOPROCESSAMENTO?
COMPREENDENDO UM SIG

AULA 4

MODELOS DE DADOS PARA SIG

ANALISANDO CRITICAMENTE UM DADO DE SIG
SOFTWARES DE SIG
OBTENDO DADOS PARA UM SIG
SIG E SAÚDE

AULA 5

DEFININDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE
A SAÚDE NAS MATRIZES CURRICULARES
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA SAÚDE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TERRITÓRIO

AULA 6

O QUE É GEOGRAFIA DA SAÚDE?
POR QUE ESTUDAR GEOGRAFIA DA SAÚDE?
ESTUDOS EM GEOGRAFIA DA SAÚDE
TERRITORIALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
APLICAÇÕES PRÁTICAS DA TERRITORIALIZAÇÃO NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- ARREAZA, L. V. A.; MORAES, J. C. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. Ciência e Saúde Coletiva, v. 15, n. 4, p. 2215-2228, 2010.
- BRASIL. Portaria SVS n. 14, 22 de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 ago. 2013.
- FOGAÇA, T. K. Geografia da Saúde. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO EM CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE

RESUMO

As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) são um problema de saúde pública, pois aumentam a morbidade, o tempo e os custos da internação, podendo causar danos aos pacientes. Tais danos podem ser incapacitantes, com sequelas permanentes, além de levar ao aumento do custo e do tempo de permanência hospitalar. Podem, ainda, levar à morte prematura, como consequência direta de práticas inseguras em saúde (WHO, 2008).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LEGISLAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
LEGISLAÇÕES SOBRE O AR NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
LEGISLAÇÕES SOBRE CONTROLE DE VETORES NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
BIOSSEGURANÇA

AULA 2

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR
PROGRAMA NACIONAL PARA CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (PCIH)
HIGIENE OCUPACIONAL
HIGIENE E LIMPEZA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

AULA 3

MELHORES PRÁTICAS SOBRE O USO DE LUVAS
INSUMOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS
TÉCNICA DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS

SEGURANÇA DO PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE

AULA 4

PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE
PRINCIPAIS AGENTES QUÍMICOS DESINFETANTES
ACIDENTE COM MATERIAL BIOLÓGICO
CONDUTA APÓS A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE COM MATERIAL BIOLÓGICO

AULA 5

SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS PARA SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA
ENDOSCOPIA
PROJETOS DA ESTRUTURA FÍSICA

AULA 6

LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)
RESÍDUO PERFUROCORTANTE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.218, de 14 de agosto de 2012. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 ago. 2012a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (2013 – 2015). Brasília: Anvisa, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 15, de 15 de março de 2012. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 mar. 2012b.

DISCIPLINA:

MICROBIOLOGIA, IMUNOLOGIA E PARASITOLOGIA

RESUMO

A Microbiologia é a ciência que estuda os microrganismos ou seres microscópicos, e como toda ciência, resulta de observação, identificação, pesquisa e explicação de fenômenos, fatos e suas relações com os outros seres no meio ambiente. Os seres microscópicos abrangem uma vasta gama de microrganismos, incluindo bactérias, fungos, protozoários, algas microscópicas e os vírus (entidades acelulares por muitos consideradas no limite entre os seres vivos e não vivos). Quando escutamos a palavra “Microbiologia”, podemos pensar em doenças, naquelas frases aprendidas na nossa infância – como “não coloque isso na boca sem saber onde esteve, pode ter germes” – ou em comida, devido aos anúncios de alimentos probióticos. Conhecer alguns fatos da microbiologia pode ajudar a entender nossa relação com os microrganismos nos diferentes ambientes da terra, estimulando o pensamento crítico e abrindo novos caminhos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA DA MICROBIOLOGIA E A MICROBIOLOGIA NO BRASIL
PRINCIPAIS GRUPOS DE MICRORGANISMOS
MORFOLOGIA E FISIOLOGIA BACTERIANA
MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS FUNGOS
MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS VÍRUS

AULA 2

METABOLISMO MICROBIANO: ANABOLISMO E CATABOLISMO DE BACTÉRIAS,

FUNGOS E VÍRUS

CULTURA DE BACTÉRIAS E FUNGOS

CONTROLE DOS MICRORGANISMOS: MÉTODOS FÍSICOS E QUÍMICOS

PROGRAMAS NACIONAIS DE CONTROLE DE MICRORGANISMOS

LEITURA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A AÇÃO DOS ANTIBIÓTICOS E AS BACTÉRIAS RESISTENTES

AULA 3

HISTÓRIA DA PARASITOLOGIA E A PARASITOLOGIA NO BRASIL

CARACTERÍSTICAS DO PARASITA, HOSPEDEIRO E VETOR

TIPOS DE CICLOS BIOLÓGICOS DOS PARASITAS HUMANOS

PRINCIPAIS PARASITAS E SEUS RESPECTIVOS GRUPOS NO BRASIL

CONCEITOS DE EPIDEMIA, ENDEMICIA E PANDEMIA

AULA 4

VIROSES

DOENÇAS BACTERIANAS

DOENÇAS CAUSADAS POR PROTOZOÁRIOS E FUNGOS

VERMINOSES

DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS

AULA 5

SISTEMA IMUNE: FUNÇÃO, CÉLULAS E TECIDOS

IMUNOGLOBULINAS

HISTOCOMPATIBILIDADE

REAÇÃO ANTÍGENO-ANTICORPO

REGULAÇÃO DA RESPOSTA IMUNE

AULA 6

HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DE VACINAS E SOROS NO MUNDO E NO BRASIL

DIFERENÇAS DE AÇÃO DAS VACINAS E SOROS NO ORGANISMO

PRINCIPAIS ANIMAIS PEÇONHENTOS NO BRASIL E A PRODUÇÃO DE VACINAS E SOROS

PRODUÇÃO DE VACINAS E SOROS BACTERIANOS, VIRAIS E RECOMBINANTES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMUNIZAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Boletim epidemiológico 11. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/29/2018-059.pdf>.
- BARBIERI, C. L. A.; COUTO, M. T.; AITH, F. M. A. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública. n. 33, v. 2, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n2/1678-4464-csp-33-02-e00173315.pdf>.
- PORTO, A.; PONTE, C. F. Vacinas e campanhas: imagens de uma história a ser contada. História, Ciências, Saúde. v. 10, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10s2/a13v10s2.pdf>.

DISCIPLINA:

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - SAÚDE

RESUMO

Nesta disciplina iremos abordar: História das políticas de saúde no Brasil a partir da década de 1930; principais características da atenção à saúde no país; as formas de organização do Estado frente às necessidades de saúde da população; a saúde no regime militar; abertura

democrática e a emergência do movimento sanitário brasileiro; ofensiva do ajuste neoliberal na saúde; conjuntura de surgimento do Serviço Social e vinculação com a saúde em diferentes contextos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATENÇÃO À POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: 1930 A 1964

SAÚDE NO REGIME MILITAR

ANOS 1980 E O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA

ANOS 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI

SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SAÚDE

AULA 2

SUS - DEFINIÇÕES

CAMPOS DE ATUAÇÃO DO SUS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS

SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO SUS

AULA 3

O ESTADO E A DIMENSÃO POLÍTICA NO CAMPO DA SAÚDE

SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA

RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE

RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NOS SISTEMAS DE SAÚDE

ESTADO, SOCIEDADE E O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 4

ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO TRABALHO NO SUS

ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ASSISTENTE SOCIAL - TRABALHADOR DA SAÚDE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA SAÚDE

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

AULA 5

PRÁTICA NA SAÚDE E O ASSISTENTE SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E A INTEGRALIDADE EM SAÚDE

EIXOS DE INSERÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

NÚCLEOS DE OBJETIVAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL

SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO NA AÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA SAÚDE

ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE

PROCESSOS DO PLANEJAMENTO E A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO EM SAÚDE

INDICADORES E RESULTADOS NA SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- BRAVO, M.I.S. Política de Saúde no Brasil. IN: MOTA, A. E. (ORG.), BRAVO, M.I.S. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. IN: MOTA, A. E. (org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

- SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, dez. 2013.

DISCIPLINA:
PROCESSO DE TRABALHO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESUMO
A saúde no Brasil foi sendo construída ao longo da história, por isso vamos viajar para muito tempo atrás. Na verdade, vamos iniciar do ponto do descobrimento do Brasil e discutir, é claro, sobre a saúde e sua interface com a população.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS VIGILÂNCIA EM SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
AULA 2 QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE COLETIVA ENFOQUES DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE CONCEPÇÕES DA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
AULA 3 ÉTICA PROFISSIONAL ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO MORALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ÉTICA NO EXERCÍCIO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
AULA 4 VIGILÂNCIA SANITÁRIA E O MEIO AMBIENTE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NAS ÁREAS DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E A ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
AULA 5 SANGUE E COMPONENTES DERIVADOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PRODUTOS FUMÍGENOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DIANTE DAS TECNOLOGIAS DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS
AULA 6 PROCESSO DE TRABALHO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA ROTEIRO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA CONSULTAS PÚBLICAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONTROLE SOCIAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA
BIBLIOGRAFIAS
• CARRAPATO, P., CORREIA, P., GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 3, p.676-689, 2017. • OLIVEIRA, C. M.; CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 255-267, 2015.

- PAIVA, F. S.; STRALEN, C. J. V.; COSTA, P. H. A. Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, p. 487-498, 2014.

DISCIPLINA:
VIGILÂNCIA SANITÁRIA APLICADA AO MEDICAMENTO
RESUMO
As ciências da saúde tiveram seu início em civilizações primitivas, pois até os primeiros hominídeos buscavam a cura ou o alívio para seus males. Para que possamos entender essa evolução e o início do controle sobre os medicamentos, faremos uma volta ao passado, iniciando no Período Paleolítico, no qual muitas das explicações eram atribuídas aos maus espíritos até a chegada dos medicamentos ao consumidor. Ainda, veremos como todo este processo influenciou no rígido controle de qualidade que temos atualmente.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EVOLUÇÃO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL HISTÓRIA DOS MEDICAMENTOS COMO OS MEDICAMENTOS CHEGAM AO MERCADO? POR QUE CONTROLAR A QUALIDADE DOS MEDICAMENTOS?
AULA 2 ORIGEM DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) HISTÓRIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO BRASIL LEI N. 9.782/1999 E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CONCEITOS IMPORTANTES PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MEDICAMENTOS
AULA 3 CONTROLE SANITÁRIO DE EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS REQUISITOS PARA O LICENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS REGISTRO DE MEDICAMENTOS
AULA 4 RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC N. 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 (PARTE 1) RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC N. 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 (PARTE 2) RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC N. 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 (PARTE 3) A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO NO PROCESSO PRODUTIVO
AULA 5 INSPEÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS RELATÓRIO DE INSPEÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONCEITOS IMPORTANTES NAS BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS AS BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAGEM E O TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS
AULA 6 BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM FARMÁCIA (RDC N. 67/07) (PARTE 1)

BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM FARMÁCIA (RDC N. 67/07) (PARTE 2)
BOAS PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS (RDC N. 44/09)
REVISÃO DA RDC N. 44/2009 – CONSULTA PÚBLICA 911/2020

BIBLIOGRAFIAS

- ALVAREZ, J. El mitridato, la misteriosa panacea inventada por Mitrídates para evitar morir envenenado. 13 jun. 2016. LBV – Magazine Cultural Independiente. Disponível em: <https://www.labrujulaverde.com/2016/06/el-mitridato-lamisteriosa-panacea-inventada-por-mitridates-para-evitar-morir-envenenado>.
- BAYER®. Sobre Aspirina. 2020. Aspirina Ácido Acetilsalicílico. Disponível em: <https://www.aspirina.com.br/pt/sobre-aspirina/historia/>.
- BARBOZA, M. F. S. Manual Básico para realização de Ensaio Clínicos conduzidos por um “Investigador-Patrocinador”: Abordagem dos Procedimentos por Gestão de Processos. Dissertação (Mestrado em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica) – Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, 2015..

DISCIPLINA: BIOSSEGURANÇA

RESUMO

A palavra biossegurança significa segurança da vida, ou mesmo a vida livre de riscos ou perigos. A biossegurança é fundamental e de extrema importância para a promoção da saúde humana e ambiental, a qual deve ser seguida e implementada nos diversos setores profissionais como laboratórios, indústrias e empresas privadas e governamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS
RISCOS VERSUS PERIGO
TIPOS DE RISCOS
AVALIAÇÃO DE RISCO
MAPA DE RISCO

AULA 2

BIOSSEGURANÇA E MEIO AMBIENTE
ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGMS)
EFLUENTES DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS
NORMAS BÁSICAS DE BIOSSEGURANÇA
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC)

AULA 3

DESCONTAMINAÇÃO EM SERVIÇOS AMBIENTAIS E DA SAÚDE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HOSPITALARES
MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E GERENCIAMENTO DE DESCARTE
ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS
MEDIDAS DE EMERGÊNCIA EM LABORATÓRIOS

AULA 4

TRANSMISSÃO DE DOENÇAS: SAÚDE E SEGURANÇA DO PROFISSIONAL
TRATAMENTO DA ÁGUA NAS ETAs
REGRAS DE SEGURANÇA PARA O MANUSEIO E O ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS
BIOSSEGURANÇA NA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL
BIOSSEGURANÇA DE MOSQUITOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

AULA 5

A BIOSSEGURANÇA EM AMBIENTES INSALUBRES
INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE
LEGISLAÇÃO PARA AMBIENTES INSALUBRES
AÇÕES DE PREVENÇÃO E BOAS PRÁTICAS EM AMBIENTES INSALUBRES
BIOSSEGURANÇA VERSUS BIOSSEGURIDADE

AULA 6

BIOSSEGURANÇA EM TRABALHOS DE CAMPO
RISCOS E PERIGOS OCUPACIONAIS EM TRABALHOS DE CAMPO
TRABALHOS EM AMBIENTES INSALUBRES
MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS ANTES DE IR PARA UM TRABALHO EM CAMPO
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) NOS TRABALHOS DE CAMPO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 mar. 2005.
- HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C.; MANCINI FILHO, J. Manual de biossegurança. Barueri: Manole, 2012.
- MONTEIRO, C. G. J. et al. Biosafety conducts adopted by orthodontists. Dental Press Journal Orthodontics, May-Jun., v. 23, n. 3, p. 73-9.

DISCIPLINA

VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

RESUMO

O conceito de vigilância como um instrumento de saúde pública surgiu no final do século XIX, com o desenvolvimento da microbiologia e como conhecimento sobre a transmissão de doenças infecciosas (Arreaza; Moraes, 2010) e está historicamente relacionado aos conceitos de saúde e doença vigentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para impedir a disseminação de enfermidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL
O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA
RISCO
POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 2

COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
NOTIFICAÇÃO
DEFINIÇÕES RELEVANTES
IMUNIZAÇÕES

AULA 3

CONCEITOS BÁSICOS
ANVISA
AÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ANVISA
COMPETÊNCIAS

AULA 4

OBJETIVOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL
VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO BRASIL

**SANEAMENTO BÁSICO
DOENÇAS RELACIONADAS**

AULA 5

A SAÚDE DO TRABALHADOR
ACIDENTES DE TRABALHO
PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO
RISCOS QUÍMICOS

AULA 6

DOENÇAS DE BAIXA INCIDÊNCIA E ALTA IMPORTÂNCIA
SARAMPO
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS
DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Lei n. 1.261, de 31 de outubro de 1904. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 5.158, 2 nov. 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>.
- Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18.055, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos o tema história da Vigilância em Saúde, seus conceitos básicos e as ações no SUS. Veremos também as atividades básicas que a Vigilância realiza de acordo com a situação em Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O SUS E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE
CONCEITOS SOBRE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
A VIGILÂNCIA EM SAÚDE E O PLANEJAMENTO EM SAÚDE
FINANCIAMENTO DO SUS E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE
AS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 2

ALGUNS CONCEITOS SOBRE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO
SISTEMAS DE ATENÇÃO À SAÚDE
REDES DE ATENÇÃO
LINHAS DE CUIDADO

AULA 3

AS DEFINIÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
O RISCO E A AÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE NAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
ESTRUTURA E GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 4

HISTÓRIA DA SAÚDE

ALGUNS CONCEITOS SOBRE O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA
DETERMINANTES E CONDICIONANTES DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA
MODELOS EXPLICATIVOS DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA
PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 5

A ORGANIZAÇÃO E A PRÁTICA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: ALGUNS CONCEITOS
A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SUAS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AS FORMAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS
A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E SEU ENVOLVIMENTO COM O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES
A VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E O IMPACTO NO AMBIENTE PARA A POPULAÇÃO

AULA 6

MUNICÍPIOS E COMUNIDADES SAUDÁVEIS
DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
SAÚDE E AMBIENTE DE TRABALHO
REDES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS
A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Portaria n. 1559, de 1 de agosto de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559_01_08_2008.htm.
- _____. Portaria n. 1378, de 9 de julho de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jul. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html.

DISCIPLINA:

QUALIDADE EM PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE

RESUMO

As transformações no cenário político mundial, o aumento da densidade tecnológica e a globalização são determinantes para a mudança de comportamento dos usuários nos serviços de saúde. Diante desse contexto, notase que o atendimento eficaz e eficiente das necessidades dos usuários deve ser a questão norteadora da reflexão e a base metodológica que orienta as ações dos estabelecimentos de saúde. Com isso, observamos a busca de um novo imperativo que está relacionado à busca pela qualidade e segurança do paciente e profissional nos serviços de saúde (Tronchin; Freitas; Melleiro, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE
CONCEITO DE QUALIDADE
QUALIDADE EM SAÚDE
SEGURANÇA DO PACIENTE

AULA 2

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
IMUNIZAÇÃO ATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
CALENDÁRIO VACINAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
REDE DE FRIO

AULA 3

INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA DE SAÚDE
A HISTÓRIA DO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR
OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO CONTROLE DA INFECÇÃO HOSPITALAR
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE POR MEIO DE INDICADORES CLÍNICOS NO CONTROLE DA INFECÇÃO HOSPITALAR

AULA 4

ERA DA INSPEÇÃO
ERA DO CONTROLE ESTATÍSTICO
ERA DA QUALIDADE TOTAL
ERA DO CONHECIMENTO

AULA 5

ENTENDENDO A INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO)
A ACREDITAÇÃO NO BRASIL
AS PRINCIPAIS ACREDITAÇÕES HOSPITALARES
VANTAGEM E CONSTRANGIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

AULA 6

NÍVEIS DE ACREDITAÇÃO (ONA, 2021)
PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO
ACREDITAÇÃO HOSPITALAR COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA QUALIDADE
IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE ACREDITAÇÃO NO COTIDIANO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- ALBUQUERQUE, C. I. R. A. et al. Qualidade em saúde – Evolução e desafios no contexto brasileiro. Qualidade em Saúde. DNV GL, Buenos Aires, 2017.
- FRANÇOLIN, L. et al. Gerenciamento da segurança do paciente sob a ótica dos enfermeiros. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 49, n. 2, p. 277-283, 2015.
- REIS, G. A X. et al. Implantação das estratégias de segurança do paciente: percepções de enfermeiros gestores. Texto Contexto Enfermagem, Maringá, v. 26, n. 2, p. 1-9, 2017.

DISCIPLINA:

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990) e toda a regulamentação legal do Sistema Único de Saúde (SUS) destacam a utilização da epidemiologia para nortear o planejamento das ações e dos serviços públicos de saúde. O consenso em torno dessa questão foi consolidado pela "evolução histórica das políticas de saúde e entendimento da importância da inserção efetiva da vigilância em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2009b, p. 9).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO BRASIL: ORIGEM E CONCEITOS

PROPÓSITOS E FUNÇÕES
COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
PERSPECTIVAS
EVOLUÇÃO DO CONCEITO ATÉ A VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 2

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE: PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS
PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (PNI)
INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DE CASOS, SURTOS E EPIDEMIAS

AULA 3

REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL 2005 (RSI/2005)
PLANO DE RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA (PRESP)
ORGANIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA RESPOSTA ÀS ESP
OPERACIONALIZAÇÃO DO COES
PLANOS DE CONTINGÊNCIA ESPECÍFICOS

AULA 4

CONCEITUAÇÃO
ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E FINANCIAMENTO DA REDE ESTADUAL DE LABORATÓRIOS DE SP
LABORATÓRIOS DE REFERÊNCIA
REDE DE LABORATÓRIOS DE FRONTEIRAS
REDE DE LABORATÓRIOS COM ÁREA DE NÍVEL DE BIOSSEGURANÇA 3 (NB3)

AULA 5

VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DE DCNT NO BRASIL
INTERVENÇÕES EFETIVAS EM DCNT
FUNDAMENTOS PARA A ABORDAGEM INTEGRAL DE DCNT
DESTAQUES NO CONTROLE DAS DCNT NO BRASIL
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DCNT NO BRASIL, 2011- 2022

AULA 6

ARCABOUÇO LEGAL DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE VIOLÊNCIAS E ACIDENTES
CONCEITO E TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA
REDE NACIONAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS DA SAÚDE E CULTURA DE PAZ
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ESTRATÉGIAS E COMPROMISSOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em saúde: atuação, 25 ago. 2017. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/atuacao>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria de Apoio à Gestão em Vigilância em Saúde. Manual de gestão da vigilância em saúde. Brasília, DF: MS, 2009b. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTIxNTk%2>.
- BUSATO, I. M. S. Epidemiologia e processo saúde-doença. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Princípios da Gestão Hospitalar).